

## Família e experiências de parentalidades trans

*Family and trans parenthoods experiences*

*Familia y experiencias de parentalidades trans*

Mônica Angonese <sup>a</sup> ; Mara Coelho de Souza Lago <sup>b</sup> 

<sup>a</sup> Psicóloga, mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil – E-mail: [angonesemonica@gmail.com](mailto:angonesemonica@gmail.com)

<sup>b</sup> Doutora em Psicologia da Educação e professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil – E-mail: [maralago7@gmail.com](mailto:maralago7@gmail.com)

**Resumo:** As experiências da população trans (travestis e transexuais) relacionadas à reprodução e à parentalidade são predominantemente invisibilizadas. Este artigo teve como objetivo problematizar a invisibilidade das experiências de parentalidades trans e a noção de família. Foi realizada pesquisa de inspiração etnográfica, utilizando observação participante, diários de campo e entrevistas. Refletiu-se sobre a cisheteronormatividade reprodutiva, a qual cria uma situação que se propôs conceituar como “esterilização simbólica” da população trans, pois reprodução e parentalidades parecem noções impensáveis quando se trata de sujeitos constituídos pela ideia de abjeção. A partir da escuta das pessoas interlocutoras, enfatizou-se a performatividade da parentalidade e o desejo, as práticas de cuidado, o imperativo da maternidade e a problematização da noção de família.

**Palavras-chave:** Estudos de gênero. Transexualidades. Travestilidades. Parentalidades.

**Abstract:** The experiences of trans population (transvestites and transsexuals) related to reproduction and parenting are predominantly made invisible. This paper aims to discuss the invisibility of trans parenthoods experiences and the notion of family. An ethnographic inspired research was conducted using participant observation, field journal and interviews. It was reflected on reproductive cisheteronormativity, which creates a situation that we propose to conceptualize as “symbolic sterilization” of trans population, therefore reproduction and parenthoods seems inconceivable notions when it comes to reflect about subjects constituted by the idea of abjection. From listening to the people interlocutors, it was emphasized the performativity of parenthood, desire, care practices, the imperative of motherhood and the notion of family’s questioning.

**Keywords:** Gender studies. Transsexuality. Travestilities. Parenthoods.

**Resumen:** Las experiencias de la población trans (travestis y transexuales) relacionadas con la reproducción y la crianza de los hijos son predominantemente invisibles. Este documento tiene como objetivo discutir la invisibilidad de las experiencias de la paternidad trans y la noción de familia. Se realizó una investigación etnográfica inspirada utilizando la observación participante, el diario de campo y las entrevistas. Se reflejó en la cisheteronormatividad reproductiva, que crea una situación que proponemos conceptualizar como “esterilización simbólica” de la población trans, por lo que la reproducción y la paternidad parecen nociones inconcebibles cuando se trata de reflexionar sobre temas constituidos por la idea de la abyección. Al escuchar a los interlocutores sociales, se destacó la performatividad de la paternidad, el deseo, las prácticas de cuidado, el imperativo de la maternidad y la noción de cuestionamiento de la familia.

**Palabras clave:** Estudios de género. Transexualidad. Travestilidades. Paternidad.



**Direito autoral e licença de uso:** Este artigo está licenciado sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

**Como citar o artigo:**

ANGONESE, M; LAGO, M. C. S. Família e experiências de parentalidades trans. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v.52, 2018. DOI: 10.5007/2178-4582.2018.57007

**INTRODUÇÃO**

*Pessoalmente eu não conheço, só de ouvir falar e é muito apagado assim tipo “ai, tu sabe a fulana? Ela tem um filho”. Ai tu fica “nossa, sério?”. Não se fala nisso [...] “ah, uma mulher trans ou um homem trans, ai, tem um filhinho! Olha, brincando no parque” ou qualquer coisa assim, nunca tive essa convivência. (Silvia)*

As experiências da população trans relacionadas à reprodução e à parentalidade são predominantemente invisibilizadas. Reprodução e parentalidade geralmente são pensadas e relacionadas a um casal cisgênero e heterossexual, em uma constituição tradicional de família ou, no máximo, às formas de reprodução e adoção por casais homossexuais. Duarte (2009) entende que as formas tradicionais de conjugalidade e reprodução estão em declínio, ao mesmo tempo em que há uma sombra de conservadorismo que mantém forte a conjugalidade, família e reprodução convencionais.

Louro (2013) chama a atenção para o fato de que o gênero “normal” é compreendido no bojo de uma família “normal”, qual seja, a família sustentada na reprodução e na heterossexualidade. Conforme Butler (2014), vivemos em um momento de idealização da família, sendo que, inclusive, tornar-se humano consistiria em participar de uma família normativa. Assim, o parentesco se tornou “frágil, poroso e expansivo” e se busca estabelecer quais formas de parentesco são inteligíveis. A autora questiona: “como é que o parentesco garante as condições de inteligibilidade pelas quais a vida se torna vivível, pelas quais a vida também acaba condenada e foraclusa”? (BUTLER, 2014, p. 45).

As homoparentalidades têm sido bastante discutidas, geralmente sob o viés do bem-estar da criança, pelos efeitos de ter dois pais ou duas mães. Uma família com pai-homem, mãe-mulher é compreendida por discursos psi, médicos e jurídicos como garantia do bem estar e pleno desenvolvimento da criança. Baseando-se nisso, considera-se que algo que se contraponha ao estabelecido como norma será necessariamente prejudicial.

Nos movimentos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT), a população trans é compreendida como um grupo à parte, e pensar a parentalidade trans fica ainda mais distante (SOUZA, 2013). Por que quase não se fala em reprodução e parentalidade trans? Butler (2000) dá algumas pistas explicando que se trata de seres colocados em zonas inabitáveis da vida social, que não possuem o *status* de sujeito, tampouco de humanos, sendo assim constituídos pela

exclusão e abjeção. As parentalidades vivenciadas por pessoas trans, portanto, parecem ainda mais ininteligíveis, “monstruosas”, impensáveis e repudiadas.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa teve inspiração etnográfica, utilizando observações participantes, diário de campo e entrevistas para a produção de informações. As observações foram realizadas em espaços acadêmicos, de controle social e, principalmente, através da participação durante dois anos em rodas de conversa chamadas “Segundas TransTornadas”, que são promovidas pela Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH), situada em Florianópolis (SC), que desde 1993 atua na promoção de direitos humanos, tendo como foco questões decorrentes das vivências relacionadas a gênero e sexualidade. As observações foram registradas em diários de campo que ajudam a compor a análise. As entrevistas foram realizadas de modo individual, com pessoas conhecidas através do contexto de observação. Mencionaremos neste manuscrito cinco pessoas entrevistadas, sendo três mulheres trans: Jô, Júlia e Silvia e dois homens trans: Rafa e Luiz. Além disso, serão mencionadas interlocuções informais com outros dois homens trans: Gabriel e Josiel. Todos os nomes utilizados são fictícios, escolhidos conjuntamente pela pessoa entrevistada e pela pesquisadora que realizou o trabalho de campo, a primeira autora do artigo, a fim de preservar a identidade dos/das participantes da pesquisa.

## FAMÍLIAS TRANS

Como seria uma lógica alternativa do parentesco? Até que ponto os sistemas lógicos identitários sempre exigem que a construção de identidades socialmente impossíveis ocupe o lugar de uma relação não nomeada, excluída, mas pressuposta e subsequentemente ocultada pela própria lógica? (BUTLER, 2013, p. 69).

Em um período de conservadorismo extremo na política brasileira, tramita o Projeto de Lei nº 6583 de 2013, que cria o Estatuto da Família, o qual reconhece como família apenas a união entre um homem [cis] e uma mulher [cis] por meio de casamento ou união estável, bem como pai ou mãe com filhos (família monoparental). Tal modelo de família, baseado na heterossexualidade monogâmica e reprodutiva é restritivo e violento, na medida em que visa retirar a legitimidade de outras modalidades de famílias.

Frequentemente, é em nome da família (ou de uma suposta destruição dela) que se abdica de uma discussão mais coerente e comprometida sobre gênero. No Brasil, tivemos fortemente exposto esse debate no ano de 2015, com a discussão sobre a retirada do termo “gênero” dos Planos de

Educação, em âmbitos nacional, estaduais e municipais. O argumento contra o que chamavam depreciativamente de “ideologia de gênero” era que, uma vez incluída na educação escolar, resultaria na destruição da família, pois estaria incentivando as crianças a questionarem sua orientação sexual e identidade de gênero.

Tendo “gênero” como categoria de análise, no final da década de 1970, feministas fizeram críticas à família, compreendendo-a a partir de análise histórico-social. A ideia era problematizar a suposta fixidez dos modelos familiares, para evidenciar os atravessamentos hierárquicos de poder envolvendo sexo, gênero e geração (PISCITELLI, 1998).

Nogueira (2001), explica sobre as três ondas do movimento feminista, situando na segunda onda o feminismo como crítico da família, mais especificamente da família nuclear burguesa tida como imutável, natural e necessária. Este discurso, segundo a autora, remete a uma concepção médica que já definiu o corpo feminino como cópia defeituosa do masculino, com órgãos reprodutivos causando desordem, evidenciando uma natureza frágil e, portanto, destinando às mulheres a esfera privada e a maternidade.

Recorremos às indagações de Kehl (2003), quando questiona que modelo de família é este ao qual nos apegamos como uma família tradicional ideal, em contraponto a uma suposta família “desestruturada”. Se acompanharmos a história, poderemos perceber que esse modelo idealizado e tido como exemplar é o da família patriarcal opressora, por isso a autora discute se o que se busca é um retorno à família patriarcal, com uma relação baseada na proteção-opressão (principalmente da mulher e da criança). Em oposição à família com várias nuances e diversidades explicitadas na atualidade, esta que Kehl (2003) chama de “família tentacular”, o conservadorismo busca recuperar a família tradicional, que é idealizada e supervalorizada.

O direito estatal também funciona de modo a legitimar o modelo hegemônico de práticas sexuais e de família, como afirma Rios (2007). Em contraponto a essas legitimações, Carrara (2010) reflete sobre as decisões legislativas, como a possibilidade de adoção e de registro de dois pais ou duas mães na certidão de nascimento, o que além do âmbito legal, representa uma forte ruptura simbólica das normas convencionais.

O modelo de pai-mãe-filhos parte de uma moral cristã e da norma heterossexual e reprodutiva que afirma a união conjugal para fins de procriação. Ou seja, não há um modelo natural ou “verdadeiro” de família. Com relação a isso, Zambrano (2006) descreve uma sacralização da família, ligada à tradição cristã. A família ocidental contemporânea é considerada a mais natural das instituições e, por isso, é universalizada. Há uma construção histórica da família nuclear (compreendida como pai-homem, mãe-mulher e filhos) como a família natural, sendo que para alguns saberes médicos, jurídicos e psicológicos, esta ainda é considerada como espaço adequado para criar

as crianças com desenvolvimento pleno. Bento (2012) também problematiza o fato de que uma das primeiras verdades inculcadas em nós é a sacralidade da família heterossexual e consanguínea, questionando a família como locus de proteção e cuidado.

No mesmo sentido, Strathern (1995) afirma:

Em termos tradicionais, julga-se correto que as crianças euro-americanas sejam criadas em famílias e aprendam com os pais o que significa um relacionamento amoroso. No contexto do círculo familiar considera-se a relação sexual entre os pais como o fundamento do amor conjugal no qual se baseia o amor familiar. O sexo é assim o símbolo da naturalidade do relacionamento do par conjugal do qual o filho é encarado como um resultado igualmente natural (STRATHERN, 1995, p. 313).

Nesse contexto, a família nuclear naturalizada constituir-se-ia como local legítimo para procriação. No entanto, há diversas formas de família, que podem ser situadas social, histórica e espacialmente. Homoparentalidade é o termo que se convencionou usar para referir à modalidade de família formada por casais homossexuais com filhos, bem como família monoparental com pai gay ou mãe lésbica (GARCIA et al., 2007). Souza (2013) destaca que as relações de parentalidade de travestis e transexuais são bastante diferentes das experiências de parentalidade homossexual, por isso defende a necessidade - tanto teórica quanto política - de operar com outro conceito que não homoparentalidade para se referir à população trans.

Zambrano (2006) acredita no uso estratégico da expressão “família homoparental”, como possibilidade de nomear aquilo até então inominável e, a partir dessa colocação na linguagem, possibilitar a existência discursiva da parentalidade dessa população. Contudo, também destaca a insuficiência da categoria “homoparentalidade” quando se trata da população trans. Dessa maneira, o termo acaba por se constituir como conceito que congrega, e ao mesmo tempo invisibiliza, a parentalidade experienciada por pessoas trans, o que talvez pudéssemos nomear melhor como “transparentalidades” ou, simplesmente, “parentalidades trans”.

No caso de homo e transparentalidades, de acordo com Garcia et al. (2007), julga-se que há danos potenciais ao desenvolvimento infantil porque, supostamente, a criança não teria referências dos dois sexos, ou reproduziria a posição sexual e de gênero dos pais. Com isso, coloca-se em dúvida a capacidade (e o conseqüente direito) dessas pessoas de terem filhos, no sentido de que esses se desenvolvam da forma esperada, isto é, que não “se tornem” homossexuais mais facilmente do que filhos de uma família heteroparental, nem sejam estigmatizados por viverem nessa modalidade de família. No caso de parentalidade por pessoas transexuais, isso também está presente. Interlocutores da pesquisa que fundamentou este artigo posicionaram-se firmemente sobre o tema:

*A questão da sexualidade não quer dizer que se eu criar um rapaz, uma pessoa, um menino ou uma menina, que ele vai ser um homossexual, ele não vai ser, se ele não veio pra ser não vai ser, entendeu? [...] Eu tenho exemplos de casais gays que criaram criança, eu tenho uma amiga minha que ela é uma trans, ela tem um filho que ela criou desde pequenininho, entendeu? Sem ter uma companhia masculina, ela que criou o filho e criou muito bem, entendeu? (Jô)*

O pensamento de Luiz segue a mesma direção que o de Jô:

*A sociedade ainda hoje em dia... sabe, tem isso em mente “não, tá criado lá com um casal de trans, ou vai ser sapatão ou vai ser viado”. Não tem isso! (Luiz)*

Uma das travestis entrevistadas por Cardozo (2006a, 2007) tinha um filho biológico, fruto de relacionamento no início da adolescência, quando ainda não se reconhecia enquanto travesti. A orientação sexual do filho era uma preocupação para ela, que por conhecer os processos de discriminação, considerava que se o filho não fosse heterossexual, preferia que este tivesse pelo menos uma expressão masculina e não travesti.

Além disso, um aspecto importante que a pesquisa de Cardozo (2006b) denunciou é que muitos discursos psicológicos sobre família e sexualidade costumam (re)produzir estereótipos. Pensando em discursos psi, Zambrano (2006, p. 130) afirma que “a psicanálise é uma das disciplinas mais solicitadas pela sociedade para o debate sobre as novas configurações familiares, interferindo, dessa forma, no campo da ação política”, o que reforça a importância da inclusão das discussões de gênero e sexualidade na formação em Psicologia. Em casos de família homoparental, parece haver um esforço de “normalização” que consiste em reproduzir o modelo hegemônico heteroparental na busca por inteligibilidade nas relações que se estabelecem (BUTLER, 2003; GARCIA et al., 2007; PELÚCIO, 2006; ZAMBRANO, 2006). O modelo tradicional de família influencia também as parentalidades trans, consideradas impensáveis, tanto social quanto legalmente (ZAMBRANO, 2006). Tal influência acaba por reificar o modelo de família nuclear, burguesa, patriarcal, branca e urbana, que é alvo de críticas de autores como Kehl (2003), Louro (2000), Fonseca (2005), entre outras/os. Nesse sentido, Luiz entende que um casal trans também pode ter uma família e realizar atividades tal qual um casal cis e heterossexual:

*[...] construir uma família, entendeu? Porque assim né, perante a sociedade, um homem trans e uma mulher trans não podem ter uma família porque né tipo, isso não é coisa da bíblia, coisa e tal, tem todo aquele preconceito. (Luiz)*

Entre as pessoas entrevistadas na pesquisa, houve também a compreensão de que os filhos de um casal legitimam a família, ou seja, seriam necessários para a constituição de uma família completa. Entretanto, nota-se criticidade em relação a esse discurso no questionamento feito por uma das interlocutoras da pesquisa:

*Tem pessoa que acha que vai ser completa uma família nessa questão de ser casada com um homem, aí vão adotar, sei lá, vão dar um jeito de arrumar uma criança pra se sentir uma família. Eu não vejo que é assim que funciona, eu acho que eu e o meu marido podemos ser uma família, por que que não? (Jô)*

Em relação a essa constituição familiar de homem-mulher-filhos, Nery (2011, p. 213) comenta, em seu livro autobiográfico, sobre a carta que recebeu de “Selma, uma transmulher operada”, em que ela declarava ser “a mulher mais feliz do mundo, que tinha se casado e adotado um bebê”. Nesse exemplo, a completude e realização enquanto mulher também aparece associada à conjugalidade e à maternidade.

Em trabalho sobre conjugalidade de travestis que se prostituem, Pelúcio (2006, p. 527) refere ter percebido a busca por moldes heteronormativos de família: “uma casa, um marido ‘homem de verdade’, tranquilidade financeira, trabalho ‘normal’, o que significa fora da noite e da prostituição e, se possível, filhos”. No diálogo com um casal formado por um homem cis e por uma travesti (Fran e Tiago), a autora encontra que eles sonham em ter um filho (“adotado, claro”, como diz Fran) e que os ciúmes dela vão no sentido da possibilidade de ser trocada por uma mulher [cis], que daria um filho que seu companheiro “homem de verdade” pode desejar.

É necessário, portanto, que políticas sociais voltadas para a família considerem a diversidade de arranjos conjugais e parentais (MELLO, 2006), levando em conta os sistemas de poder que as atravessam. Desse modo, é fundamental desconstruir a ideia conservadora de família proposta no Congresso Nacional por parlamentares ligados a grupos religiosos, no sentido de reconhecer as diversas possibilidades de construções familiares, fruto da complexidade, singularidade e pluralidade constitutivas das relações humanas.

## **PARENTALIDADE E PERFORMATIVIDADE**

O gênero das pessoas envolvidas na concepção (e parentalidade) é, geralmente, o que as define para o papel de pai ou de mãe (STRATHERN, 1995). Em sua pesquisa sobre relações de parentesco

e de parentalidade de travestis, Cardozo (2006a, 2007) explica que a possibilidade de mulheres travestis assumirem o cuidado com as crianças se relaciona diretamente com sua inserção no “universo feminino”. Ademais, refere que ainda que legal e biologicamente sejam identificadas como pais, socialmente é comum uma circulação de papéis e nomeações, sendo que travestis podem ser identificadas como mães, por desempenharem papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres.

Na mesma direção, Zambrano (2006) concluiu que o desejo de ter filhos, por parte das mulheres transexuais e travestis que estudou, estava atrelado ao desejo de serem mães, não de serem pais. Logo, quando construíam uma relação de parentalidade, costumavam colocar-se como mães, atribuindo a seus companheiros o papel de pais. A autora percebeu que cabia a elas o cuidado com a criança, afirmando-se possuidoras do requisitado “instinto materno”, em concordância com o modelo familiar clássico (burguês e nuclear). Dessa forma, era dispensável ser mulher cis para perceber-se detentora de um instinto. Instinto que tem sido questionado por muitas autoras e autores, não apenas no campo dos estudos de gênero e sexualidades, no sentido de que não há uma determinação instintiva que direcione as mulheres para o amor e cuidados com os filhos, mas uma construção social histórica que naturaliza a maternidade para as mulheres.

Nesse sentido, nossa interlocutora Júlia foi categórica:

*Quando nascer vai sair dele, mas vai me chamar de mãe e vai chamar ele de pai. [...] Vai me chamar de mãe, vai me reconhecer como mãe, pronto.* (Júlia)

Luiz tem posicionamento semelhante:

*Eu não vou amamentar [...] vou fazer a minha cirurgia que é a mastectomia [...] Pensando eu como pai, eu não tô pensando, não sei se você conseguiu observar que eu não tô pensando como mãe, eu tô pensando como pai, entendeu?* (Luiz)

Com relação a isso, não é raro que os médicos neguem a realização de mastectomia em homens trans em função de uma possível gravidez e amamentação no futuro. Alguns escolhem amamentar, como Thomas Beatie fez, mas, no caso de nossos interlocutores, amamentar remete à maternidade (mesmo que se saiba que nem todas as mães amamentam) como se amamentar, mais do que gestar, remetesse à feminilidade. De acordo com eles, é o amamentar e não o gestar que torna alguém mãe.

Para Rafa, seu lugar também sempre foi o de pai:

*[...] geralmente nas brincadeiras com elas [com as amigas, quando criança] eu era sempre o maridinho, eu era sempre o... o pai né, eu ficava com as bonequinhas, mas como papai, não como mamãe.[...] Eu gestaria, mas sendo o pai. (Rafa)*

O gênero é performativo, na medida em que se constitui discursivamente e, através da reiteração de uma norma ou conjunto de normas, produz o que nomeia. Nas palavras de Butler “[...] performatividade deve ser compreendida não como um ‘ato’ singular ou deliberado mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (BUTLER, 2000, p. 152). Assim como o gênero, Cardozo (2006b) defende que o ser mãe e o ser pai também são performatividades que, como tais, podem ser constantemente renegociadas.

Na pesquisa de Guaranha (2014), Viviane, uma de suas interlocutoras, ao se definir enquanto mulher transexual, afirma: “sou uma mulher que não pode ter filhos... Mas como tem muita mulher que não pode ter filhos... Eu sou uma mulher que não pode ter filhos” (GUARANHA, 2014, p. 27). Aqui explicita uma normalidade em relação a ser mulher e não ter filhos, ou seja, isso não retiraria sua feminilidade/legitimidade enquanto mulher e ela não deixa de ser mulher por não ter os órgãos reprodutivos femininos.

Explanando sobre a identidade das travestis, Pelúcio (2006, p. 526) expõe que “não ser uma mulher de verdade” é associado por suas interlocutoras a não ter um útero, ou seja, não ter a capacidade reprodutiva para se tornar mãe. Para Junot, uma das interlocutoras da autora, ser mulher “não é ter uma vagina, não! É ter útero, é dar a vida. [...]”.

Se para muitas mulheres cis a maternidade aparece como imperativo, condição supostamente importante para sua feminilidade e realização como mulher, para as mulheres trans, a maternidade pode se constituir como proibição, parece haver uma ausência, um silenciamento em relação ao tema, como se houvesse um interdito, o que entendemos como “esterilização simbólica” (ANGONESE, 2016) da população trans:

*A cobrança é mais de que tu não pode ter filho, sabe, olhar pra mim “ah, essa daí vai morrer solteirona”, essa daí nossa, nunca, imagina a Silvia ter filho, imagina! Nunca! Eu acho que até a minha própria família pensa assim, a minha mãe deve pensar assim “ah, DESSE daí eu não posso esperar neto” né, eu acho que é mais esses pensamentos que as pessoas têm do que a pessoa se torna trans ela já é uma perda assim pra reprodução das espécies né, acho que é mais esse pensamento que rola. Tanto que ninguém comenta assim se eu quero ou não, é mais assim os pesquisadores, essas*

*peças que estudam, mas nunca nem minha própria família chegou e me perguntou se eu quero ter, meus irmãos nunca perguntaram... nunca, ninguém.* (Silvia)

Se para as mulheres trans a maternidade costuma ser um interdito, para homens trans a maternidade frequentemente se mostra imperativa.

## **MATERNIDADE COMPULSÓRIA ... ATÉ PARA HOMENS TRANS?!**

Ávila (2014) ressalta que as transmasculinidades brasileiras são múltiplas, ora condizendo com a masculinidade hegemônica, ora podendo ser identificadas como masculinidades marginais ou subordinadas. Almeida (2012) entende os homens trans como “novos matizes na aquarela das masculinidades”, classificando-os em pelo menos quatro “grupos” para explicitar a complexidade desses matizes, pois considera que a identidade de gênero não precisa ser uniforme. Relacionado a isso, é possível pensar na multiplicidade de vivências em relação às possibilidades parentais para homens trans. Luiz, por exemplo, pondera:

*Olha, se tem [homem] pensando dessa forma “bá, eu não vou engravidar porque bá, vou deixar de ser homem” olha, eu não conheço e é raro hein? Eu acho que é raro.* (Luiz)

Porém, em uma conversa informal via bate-papo do *Facebook*, o interlocutor da pesquisa Josiel comentou que jamais engravidaria, pois sua “cabeça é muito masculina pra pensar nessa possibilidade”, e “Se um h não engravida um FtM não pode engravidar”. Além disso, ele pensa que “vai causar um transtorno na criança”, que ela será prejudicada no ensino, e acrescenta: “não acho saudável, não é coerente, e é fora do padrão comportamental”. Por fim, diz “mas eu respeito muito h trans q engravida”. A afirmação de Josiel nos causa surpresa e estranhamento, pois corrobora com um discurso que limita direitos à população trans. Ao mesmo tempo em que se patologiza a experiência trans, está se interditando as possibilidades de parentalidade, esterilizando simbolicamente essa população. Com a preocupação de Josiel, podemos ver como esses discursos patologizantes e esterilizantes são reproduzidos e constituem os sujeitos.

Na publicação de sua autobiografia em 2011, Nery relata uma interlocução com seus amigos sobre o homem grávido, definido como “a última bomba em relação aos trans”. Ele fala de seu amigo Amadeus, o qual argumenta: “o meu dom é a paternidade em função do que eu sou. Eles, afinal, são o quê? Pai ou mãe? [...] Jamais faria isso, pois a maternidade é a maior prova da feminilidade. Sou e sempre fui homem. A minha luta foi para sair da prisão do corpo, jamais voltaria a ela” (NERY, 2011, p. 317).

Darcy, outro amigo de Nery, pronuncia-se na mesma linha de Amadeus: “até posso respeitar a decisão deles. Mas não me vejo numa situação dessas, por mais que seja um ato de amor. Não consigo imaginar um homem dando à luz! É tão intimamente associado à maternidade! Como Amadeus falou, acho o máximo da feminilidade” (NERY, 2011, p. 318). Nery, por sua vez, diz: “Jamais engravidaria, mas fiquei feliz em saber que os trans jovens estão assumindo seus desejos, ousando mais na desconstrução do gênero, sem se sentirem ameaçados na sua identidade sexual” (IBID.).

Teixeira (2012) traz as histórias de duas de suas interlocutoras de pesquisa que têm filhos: Carolina, que fez carreira militar, era casada com uma mulher e tinha uma filha, o que a deixava livre de “qualquer suspeita”. Só depois dos 40 anos é que Carolina fez sua transição corporal, o que a afastou da carreira militar, sendo aposentada por invalidez. A autora afirma que, assim como a biologia não aprisiona o gênero, a reprodução não garante a heterossexualidade. Outro interlocutor da autora é Neil, que tem uma filha de um relacionamento considerado lésbico. Neil, apesar de se identificar como lésbica no passado, era bastante masculino e gerou uma criança porque sua companheira na época não podia. De acordo com Teixeira (2012, p. 508), Neil “desestabiliza a experiência da reprodução biológica e a negação da maternidade como destino do sujeito”. Ele relata que nunca havia ido ao ginecologista e compreendeu o seu corpo grávido como um corpo-caixa, “recipiente no qual cresceria o presente para sua esposa”.

Lembramos dos relatos de nosso interlocutor Gabriel, que possui um filho adolescente de relacionamento heterossexual anterior, quando era identificado como mulher cis. O filho, que não vive com Gabriel, chama-o de mãe e ele não se importa com isso, exceto quando estão em público. Quando soube da sua transexualidade, o filho teve dúvidas entre chamá-lo de “pai” ou continuar chamando-o por “mãe”. Já hoje, o menino enfrenta algumas dificuldades em relação aos amigos na escola, que consideram que *“sua mãe é estranha, parece com homem”*.

Leonardo Peçanha concedeu entrevista a Neto Lucon do site NLucon em dezembro de 2015. Na entrevista, lembrou que para os homens que querem engravidar, uma das demandas é registrar os filhos. Além disso, Peçanha declarou:

O corpo do homem grávido é um corpo ressignificado duplamente, por ser trans e estar grávido. É mais difícil para um homem trans engravidar, porque socialmente quem engravida é a mulher. Só que entendo que quem engravida é o corpo. É que ser homem ou mulher não está ligado na questão do genital e nem do fisiológico, está ligado à identidade. Portanto, o fato de um homem trans engravidar não vai fazê-lo deixar de ser homem por causa disso. Ao contrário, precisa ser muito homem para engravidar. É apenas uma condição biológica e fisiológica que o corpo do homem trans permite. Em alguns casos, como o do Thomas, nos EUA, precisou de parar testosterona. E em outros ele não vai mais poder por conta dos efeitos dos hormônios nos órgãos reprodutores. Mas se for permitido e ele não tiver problema de saúde, o fato dele engravidar não tira o mérito dele ser homem. E há várias maneiras de engravidar. [...] Existem muitos homens trans que condenam, não entendem e acham errado. Mas é importante termos esse diálogo porque daqui a pouco vai começar a aparecer mais e

mais homens nessa condição, essa é a realidade. E se pensarmos em homem trans grávido, acrescentamos outros temas como aborto e legalização do aborto, gestação paterna e etc. (PEÇANHA, 2015, s/p).

Desse modo, é importante enfatizar questões subjetivas e a singularidade do sujeito, pois ao mesmo tempo em que alguns afirmam que não serão “menos homem se engravidar”, outros estão convictos de que se homens cis não engravidam, homens trans também não devem engravidar, constituindo-se a maternidade no maior atributo da feminilidade. Autoras feministas, historicamente, lutaram por desnaturalizar identidades e relações sociais percebidas como relacionadas à natureza, à biologia ou a instâncias divinas (PISCITELLI, 1998). No entanto, ainda reproduzimos os estereótipos do que é uma mulher e o que é um homem, geralmente de forma essencializada, ligada a uma suposta naturalidade e continuamos pensando o corpo dito feminino como mais ligado à natureza e à maternidade.

*É engraçado, a gente por ter esse corpo né, a gente acaba tendo algumas características muito fortes de mulheres. Eu tive a intuição de que eu ia ficar grávido, então assim, eu já comecei a entrar em pânico desde aí. (Rafa)*

Assim, evidenciam-se a relação do que é ser uma mulher (aquela que tem um sexto sentido), e do que é ser mãe (aquela que intui, que tem um instinto, que sabe pela natureza). Isso também está presente na fala de Júlia, quando afirma que o corpo feminino é mais frágil e acredita haver fazeres mais masculinos (por exemplo, consertar coisas na casa) e outros mais femininos (lavar louças, lavar roupas, cuidar de crianças):

*Testosterona é um hormônio muito forte, o corpo feminino é um pouco mais frágil, sabe. (Júlia)*

*Eu sei que depois que a criança nascer quem vai cuidar da criança sou eu, porque assim ó, questão feminina o Luiz não faz nada, não adianta, ele não faz, ele não sabe, ele não se interessa e tá certo, também em partes eu dou razão pra ele, sabe... é que nem eu, a questão masculina eu não me interesse pra fazer nada. (Júlia)*

Como explica Uziel (2014), a organização familiar ainda é muito percebida de forma binária, sendo o feminino ligado à reprodução e o masculino associado ao sustento familiar. Como já mencionado em relação a outros aspectos, não é por serem trans e desestabilizarem as normas de gênero que as pessoas não possam também reproduzi-las (tal como as cis). Relacionado a isso, Butler

(2006) afirma que há um duplo sentido para a norma: necessitamos de normas para viver, mas por vezes as normas nos violentam e geram injustiça social, então devemos combatê-las.

Para além das construções do que é ser homem e do que é ser mulher, em que parece haver uma proibição de que pessoas trans tenham filhos, conforme o relato de Silvia, em relação a homens trans aparece um discurso oposto, ou seja, para quem nasceu com um útero e ovários, está presente o imperativo da reprodução. Rafa percebe que os/as familiares, em especial sua mãe, esperam que ele gere um filho:

*Sim, sim... até hoje [...] ela depositou isso em mim também, de um dia eu ter filhos, inclusive é... também não é comum entre os homens trans, mas [...]acabei me casando com um homem, de véu e grinalda e tinha a proposta de ficar grávido, só que eu tinha ovário policístico e daí como eu não fiz esse tratamento adequadamente e tal e depois acabei me separando, acabei não tendo. (Rafa)*

Além disso, o imperativo da reprodução é colocado por discursos médicos, que o tomam como norma, com a ideia expressa por profissionais da medicina de que a pessoa “um dia pode querer ter filho”. Tal crença foi mencionada por Freitas (2014), quando cita a história de Nando, um de seus interlocutores que tinha problema no útero (como se possuísse dois úteros), e os médicos não aceitaram realizar histerectomia, porque isso impossibilitaria uma gravidez futura. Esse argumento é utilizado até mesmo no caso de retirada dos seios, como diz Jô:

*Os médicos não querem tirar [os seios] [...] com a intenção que eles vão procriar ainda, olha só, pra tirar a porra dos seios tem que passar por psicólogo pra poder tirar... gente, o corpo é da pessoa, tu acredita, eles até pagando eles não conseguem, tem médico que não quer tirar o seio deles, então tu imagina o sofrimento dessas criaturas. (Jô)*

Parece que, em algum momento, espera-se que haja um retorno do homem trans a sua condição biológica de nascença, em que foi designado como mulher. Um comentário de Jô sobre homens trans que engravidam, por exemplo, marca novamente o apelo a algo da “natureza feminina” que poderia prevalecer na experiência de homens trans, mesmo sendo reconhecidos como homens.

*Eu acho que no fulano puxou muito aquele lado da mãe, né? [...] é aquele lado mãezona, no caso ele é um homem trans, não deixa de ser, tá entendendo? Mas tu vê aquele espírito maternal dele, porque ele tinha esse desejo de ter um filho. (Jô)*

Relacionado a isso, Nery (2011) narra a situação em que, diante da separação da sua esposa que havia gerado um filho, a dificuldade de continuar tendo proximidade com seu filho pode ter sido consequência de alguém ter alertado sua ex-companheira, conforme ela revela, de que sendo ele um pai transexual, em algum momento iria assumir a mãe que haveria dentro de si. Por mais que haja o reconhecimento social de que são homens, parece que ainda se acredita na suposta verdade e imposição da natureza biológica.

Apesar de o conceito de instinto estar caduco, como critica Badinter (1985), continuamos a pensar a maternidade em termos de instinto de um corpo assignado genitalmente como “feminino”. Desse modo, com todas as (des)construções sociais e culturais, quando falamos em reprodução muitas vezes ainda acreditamos que a “natureza” tem mais peso e, assim, o desejo de homens trans pela paternidade pode ficar remetido a um suposto instinto materno desses homens.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre gênero, de acordo com Amâncio (2003, p. 709) é “assumir um compromisso político claro numa profissão que durante muito tempo envolveu as orientações ideológicas e os preconceitos que orientavam as suas práticas sob um manto de neutralidade que a crítica feminista não se cansou de denunciar”. Da mesma forma, discutir o conceito de família nos tempos atuais também é demarcar um posicionamento social e político que se sustenta na busca da transformação social e de que a diversidade se torne inteligível.

Assim, pensar a relação das transexualidades com as experiências parentais e com diferentes arranjos familiares é atentar para a multiplicidade e singularidade da noção de família, compreendendo ser um conceito localizado social, histórica, psicológica e culturalmente. Tal reflexão é fundamental para visibilizar e lutar pelos direitos de quem é, historicamente, invisibilizado e colocado em um lugar de abjeção.

Considerando que profissionais de Psicologia frequentemente são chamados/as a intervir em assuntos relacionados à sexualidade e família, como especialistas autorizados/as no assunto, compreendemos a importância de incluir, nos currículos dos cursos de formação em Psicologia, conteúdos referentes às questões de gênero e sexualidade, principalmente sobre as sexualidades não hegemônicas, que desviam de um padrão binário cis e heteronormativo, questionando a reprodução de posições excludentes baseadas nas noções de natureza e de instinto.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. “Homens trans”: novos matizes na aquarela das masculinidades? **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2. Florianópolis, p. 513-523, 2012.

AMÂNCIO, L. O Gênero no Discurso das Ciências Sociais. **Análise Social**, XXXVIII (168), p. 687-714, 2003. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218791078B9rDE5id4Po89MU8.pdf>. Acesso em 13 mar. 2014.

ANGONESE, M. **Um pai trans, uma mãe trans**: direitos, saúde reprodutiva e parentalidade para a população de travestis e transexuais. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina. 2016. 165 p.

ÁVILA, S. **Transmasculinidades**: A emergência de novas identidades e políticas sociais. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, Série Plural, 2014.

BADINTER, E. **Um amor conquistado** – O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BENTO, B.. As famílias que habitam “a família”. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 275-283, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/703/70325252004.pdf>. Acesso em 26 mar. 2015.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

\_\_\_\_\_. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu**, n. 21, p. 219-260, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332003000200010&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332003000200010&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em 13 mar 2014.

\_\_\_\_\_. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2006.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

\_\_\_\_\_. **O clamor de Antígona**: parentesco entre a vida e a morte. Florianópolis, Editora da UFSC, 2014.

CARDOZO, F. **Parentesco e Parentalidades de Travestis em Florianópolis**. 2006. 123 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2006a.

CARDOZO, F. Sobre afetividades e crianças: notas de um estudo com travestis e suas famílias na cidade de Florianópolis/SC. **Boletim Sexualidade, Gênero e Sociedade**, ano XII, nº 27, 2006b.

CARDOZO, F. Performatividades de gênero, performatividades de parentesco: notas de um estudo com travestis e suas famílias na cidade de Florianópolis/SC. In: GROSSI, M. P.; UZIEL, A. P.; MELLO, L. (orgs.) **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 233-252.

CARRARA, S. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. **Bagoas**. n.5, p. 131-147, 2010. Disponível em: [http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art08\\_carrara.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art08_carrara.pdf). Acesso em: 01 jun. 2014.

DUARTE, L. F. D. Família, moralidade e religião. In: VELHO, G.; DUARTE, L. F. D. (orgs.) **Gerações, família e sexualidade**. Rio de Janeiro, 7 letras, 2009.

FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e sociedade**, v. 14, n. 2, 2005. p. 50-59. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902005000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902005000200006). Acesso em: 21 dez 2015.

FREITAS, R. V. **Homens com T maiúsculo**. Processos de identificação e construção do corpo nas transmasculinidades e a transversalidade da internet. 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2014.

GARCIA, M. R. V. et al. “Não podemos falhar”: a busca pela normalidade em famílias homoparentais. In: GROSSI, M. P.; UZIEL, A. P.; MELLO, L. (orgs.) **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 277-299

GUARANHA, C. **O desafio da equidade e da integralidade**: travestilidade e transexualidade no Sistema Único de Saúde. 2014. 145f. Dissertação. (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2014.

KEHL, M. R. **Em defesa da família tentacular**, 2003. Disponível em: <http://www.mariaritakehl.psc.br/resultado.php?id=14>. Acesso em 17 maio 2014.

LOURO, G. L. Por que estudar gênero na era dos cyborgs? In: FONSECA, T. M. G.; FRANCISCO, D. J. (org.). **Formas de ser e habitar a contemporaneidade**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho** – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MELLO, L. Familismo (anti)homossexual e regulação da cidadania no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, p. 497-508, 2006.

NERY, J. W. **Viagem solitária**: memórias de um transexual 30 anos depois. São Paulo: Leya, 2011.

NOGUEIRA, C. Feminismo e discurso de gênero na Psicologia Social, 2001. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4117/1/feminismo%20e%20discurso%20do%20g%C3%A9nero%20na%20psicologia%20social.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2014.

PEÇANHA, L. M. B Entrevista a Neto Lucon, 2015. Disponível em: <https://nlucon.com/2015/12/13/homem-trans-negro-leonardo-pecanha-diz-deixei-de-ser-objeto-para-ser-ameaca/>

PELÚCIO, L. Três casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, p. 522-534, 2006.

PISCITELLI, A. Nas fronteiras do natural: gênero e parentesco. **Revista Estudos Feministas**. v. 6, n. 2, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12010/11296>. Acesso em: 23 nov. 2015.

RIOS, R. R. **Direitos sexuais de gays, lésbicas e transgêneros no contexto latino-americano**, 2007. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/pdf/rogerport.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2014.

SOUZA, É. R. Papai é homem ou mulher? Questões sobre a parentalidade transgênero no Canadá e a homoparentalidade no Brasil. **Revista de Antropologia**. v. 56 n. 2, p. 397-430, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/viewFile/82527/85502> Acesso em: 15 out. 15.

STRATHERN, M. Necessidade de Pais, necessidade de Mães. **Revista Estudos Feministas** n.2 ano 3, p. 303-329, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16443>. Acesso em: 20 maio 2014.

TEIXEIRA, F. B. Histórias que não têm era uma vez: as (in)certezas da transexualidade. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2., p. 501-212, 2012.

UZIEL, A. P. Gênero, sexualidade e subjetividade: sobre o que calamos ou falamos pouco na psicologia. In: MINELLA, L. S.; ASSIS, G.O.; FUNCK, S. B. (Orgs.). **Políticas e fronteiras: desafios feministas**. Tubarão: Ed. Copiart, 2014. p. 281-294

ZAMBRANO, E. Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 12, n. 26, p. 123-147, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-71832006000200006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-71832006000200006&script=sci_arttext). Acesso em: 10 mar. 2014.

**Histórico**

Recebido em: 6-9-2018

Revisado em: 6-9-2018

Aceito em: 8-9-2018